Pesquisa e Ações em Saúde Pública

Edição XXVII

Capítulo 15

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EQUIDADE NO BRASIL

BRENO DA SILVA OLIVEIRA1
RAFAEL SARAIVA ALVES1
ELIENE CESCO PORTO NOVAIS1
IARA BARBOSA RAMOS2
MURIEL FERNANDA DE LIMA2
INGRID MOURA DE ABREU3
ALLAN ARAÚJO RODRIGUES4
LAELSON ROCHELLE MILANÊS SOUSA5
AIRES GARCIA DOS SANTOS JUNIOR2
DANIEL DE MACEDO ROCHA2

1Discente - Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
2Docente - Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
3Docente - Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí.
4Discente - Enfermagem da Universidade Estadual do Maranhão.
5Docente - Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual do Maranhão.

Palavras-Chave: *Saúde Mental; Equidade; Determinantes Sociais.*

DOI 10.59290/0973029050

EDITORA PASTEUR

INTRODUÇÃO

No Brasil, direito universal e integral à saúde foi conquistado pela sociedade na Constituição de 1988 e reafirmado com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Por esse direito, entende-se que além do acesso aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, é fundamental reconhecer os determinantes e condicionantes sociais que influenciam o processo saúde-saúde e que impactam nas necessidades e na qualidade de vida da população (MACHADO, 2024).

Nessa perpectiva, as bases conceituais e ideológicas propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) consideram que a saúde envolve um processo complexo, multidimensional e dinâmico expresso pelo completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidades. Ainda, destaca que compreender as interações sociais, econômicos, culturais, ambientais, genéticos, comportamentais e biológicas nesta dimensão é prioridade global e propósito basilar para minimizar as iniquidades, assim como para incrementar o desempenho do sistema em termos de acesso, equidade, humanização, qualidade do cuidado, eficácia clínica, sanitária, epidemiológica e financeira (TAVARES *et al.,* 2023).

Os determinantes sociais da saúde ganham ênfase, nesse contexto, e representam conceitos fundamentais para analise, enfrentamento e superação das desigualdades humanas. Tratam-se de fatores sociais, educacionais, econômicos, políticos, governamentais, culturais e ambientais que influenciam de forma positiva ou negativa o estado de saúde e a dinâmica de vida, assim como as possibilidades de acesso à proteção e a atenção as necessidades básicas de indivíduos, segmentos sociais, coletividades, população e territórios (RUMOR *et al.,* 2022; MÁRIO, 2023).

O Brasil configura-se um país de dimensões continentais, alta densidade demográfica e as expressivas disparidades econômicas, sociais, sanitárias, demográficas e culturais. A promoção da equidade é fundamental para redução e superar as desigualdades. Este princípio doutrinário do SUS reflete a necessidade de direcionar estratégias de acesso considerando a pluralidade e diversidade prevalente na população (MACHADO, 2024).

Na literatura, diferentes estudos têm orientado a construção de modelos destinados a esquematizar as relações entre os determinantes sociais e a sua influência nas condições de vida da população (AMADOR *et al.,* 2024). Nesse contexto, este estudo tem como objetivo refletir sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença no cenário brasileiro.

MÉTODO

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, que utilizou como estratégia de investigação, busca e seleção a pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE via PubMed), *SCOPUS, Web of Science*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) via Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL). Foram utilizados os descritores controlados e não controlados "determinantes sociais da saúde" e "processo saúde-doença", combinados de forma a abranger produções relevantes sobre a área estudada. Incluíram-se estudos que abordassem os aspectos históricos, desafios e as perspectivas contemporâneas dos determinantes sociais da saúde, com enfoque na promoção da equidade no Brasil. A análise das evidências fundamentou-se em métodos descritivos e reflexivos, permitindo a interpretação crítica dos resultados e a articulação das concepções teóri-

cas identificadas com os seus impactos nas condições de vida, no acesso aos serviços de saúde e nos padrões de morbimortalidade da população brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos históricos que marcam as discussões sobre a abordagem dos determinantes sociais na América Latina ocorreran na década de 1970, em um contexto de revisão crítica dos modelos assistenciais vigentes nos campos da saúde pública, coletiva e comunitária. Posteriormente, debates políticos, científicos e assistenciais ganharam maior projeção em 2005, com a criação da Comissão Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, iniciativa da OMS voltada ao enfrentamento das disparidades em saúde, de suas causas estruturais e de seus efeitos em escala global (SILVA & BICUDO, 2022).

Influenciado por esse movimento, o Brasil instituiu a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, com o objetivo de enfrentar de forma efetiva as desigualdades prevalentes no país, produzir informações e conhecimentos necessários para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade em saúde e à ampliação do acesso dos segmentos sociais mais vulneráveis. Ainda, propôes três pilares para o desenvolvimento de intervenções sociais sustentáveis: intersetorialidade, participação social e uso de evidências científicas (SILVA *et al.*, 2025).

A intersetorialidade articula-se ao princípio organizacional da descentralização do SUS, evidenciando a necessidade de cooperação entre diferentes setores, esferas governamentais e organizações da sociedade civil para superar a fragmentação do sistema e garantir o enfrentamento adequado dos problemas complexos e multifacetados que compõem a dimensão da saúde. Já a participação social configura-se como uma conquista histórica do movimento da reforma sanitária e fundamenta-se no reconhecimento do usuário como sujeito central do cuidado e parceiro no processo de atenção à saúde. Esse pilar é fortalecido pela Política Nacional de Humanização e pela Política Nacional de Atenção Básica, que valorizam a corresponsabilização, os vínculos solidários e a autonomia dos indivíduos na gestão de suas condições de saúde (FERREIRA *et al.,* 2022; SILVA *et al.*, 2025).

Quanto ao pilar das evidências científicas, busca-se aprofundar e disseminar conhecimentos, propor estratégias de controle e avaliar o impacto de intervenções no monitoramento das iniquidades evidenciadas ao longo dos mais de 35 anos de criação e regulamentação do SUS. As pesquisas nesse campo constituem ferramentas essenciais para subsidiar a formulação de políticas, programas e ações integradas, sustentáveis e baseadas em evidências saúde (FERREIRA *et al.,* 2022; SILVA *et al.*, 2025).

Neste estudo, foram reconhecidos como determinantes sociais da saúde diferentes fatores relacionados à biologia humana, às condições ambientais, aos comportamentos e estilos de vida e à organização dos serviços de saúde. Tais condições são capazes de orientar a estruturação dos serviços assistenciais, bem como de garantir o acesso universal, equânime e integral às necessidades individuais e coletivas da população (MACHADO *et al.,* 2023).

Os determinantes biológicos abrangem condições não modificáveis que podem expressar vulnerabilidades ou influenciar o processo saúde-doença. Ainda assim, seu conhecimento é fundamental para orientar estratégias de prevenção, rastreamento, diagnóstico precoce e tratamento oportuno. Destacam-se, nesse contexto, a carga genética e o histórico familiar, que podem predispor à ocorrência de doenças quando associados a outros fatores de risco. Esses determinantes são amplamente reconheci-

dos nas políticas globais de saúde e orientam diretrizes e programas de rastreamento precoce das doenças crônicas não transmissíveis. Também se evidenciam nas comorbidades psicopatológicas como depressão e ansiedade, em que a presença desses fatores pode aumentar o risco de eventos da mesma natureza (SILVA *et al.,* 2025).

A idade constitui outro determinante relevante, considerando que o processo de envelhecimento tende a aumentar a vulnerabilidade a eventos crônicos, degenerativos, infecciosos e/ou traumáticos. Esse fenômeno demográfico é amplamente documentado no Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As estimativas indicam crescimento expressivo da população idosa e confirmam que se trata de um processo complexo, multidimensional, progressivo e universal, frequentemente associado a limitações funcionais, doenças crônicas degenerativas, declínio cognitivo e maior dependência de cuidados (CAPELA & BISCAIA, 2023; RIBEIRO *et al.,* 2024).

Na mesma dimensão, o sexo e a etnia influenciam a distribuição epidemiológica das doenças entre diferentes grupos e estão associados a desigualdades no acesso e na adesão aos cuidados de saúde. No âmbito econômico e social, embora os determinantes englobem diferentes condições, a renda ganha ênfase. No Brasil, apesar da implementação de programas sociais, a baixa renda permanece como uma realidade significativa e constitui um fator limitante ao acesso aos serviços de saúde, medicamentos, consultas e exames, além de impactar diretamente as condições de alimentação, moradia, saneamento básico, educação e transporte. A perda de renda, intensificada em contextos como o da pandemia da Covid-19 também contribuiu para essas desigualdades (CAPELA & BISCAIA, 2023).

No contexto educacional, a escolaridade exerce influência expressiva sobre a saúde da população determinando o acesso à oportunidades e à mobilidade social. Ainda, relaciona-se à percepção de risco e influencia nos comportamentos em saúde, na tomada de decisões informadas, na adesão terapêutica e na prevenção da exposição a comportamentos de risco. As condições de trabalho são igualmente reconhecidas, uma vez que ambientes laborais adversos podem representar elevado risco de adoecimento (FERREIRA *et al.,* 2022).

Entre os determinantes ambientais, destacam-se as condições de habitação e a qualidade do ar, que podem comprometer a saúde respiratória e aumentar o risco de doenças pulmonares e cardiovasculares. Integram ainda essa dimensão, o acesso e a qualidade da água, que podem determinar a ocorrência de surtos e endemias de doenças transmissíveis (JÁCOME *et al.,* 2022; AMADOR *et al.,* 2024).

Quanto ao estilo de vida, fatores comportamentais exercem impacto significativo sobre a saúde. Incluem-se a alimentação e a prática de atividade física, considerando seus efeitos sobre o sobrepeso, a desnutrição e o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas, bem como de comorbidades psicopatológicas. O tabagismo, o consumo de álcool e o uso de outras drogas configuram fatores de risco evitáveis para diversas condições graves, como câncer de pulmão, doenças cardiovasculares e respiratórias. Esses fatores também contribuem para o aumento da morbimortalidade por causas externas no Brasil, com destaque para as violências, os traumas e os acidentes de trânsito (CARVALHO *et al.,* 2023).

Por fim, destaca-se a dimensão sexual envolve aspectos como a percepção de risco e o uso consistente e correto de métodos de proteção, especialmente o preservativo, principal estratégia para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo HIV, sífi-

lis, gonorreia e clamídia, bem como para a redução da gravidez não planejada. O número de parceiros sexuais e a idade de início da atividade sexual são determinantes que podem aumentar o risco de exposição e a probabilidade de infecção (SANTOS *et al.,* 2022).

CONCLUSÃO

Com base na reflexão proposta, conclui-se que os determinantes sociais do processo saúde-doença configuram-se como elementos centrais para a compreensão das iniquidades em saúde e para a organização de respostas efetivas do sistema de saúde no Brasil. Fatores biológicos, ambientais, econômicos, sociais e comportamentais interagem de forma dinâmica, influenciando padrões de adoecimento, acesso aos serviços e desfechos em saúde, especialmente entre populações em situação de maior vulnerabilidade. Nesse contexto, é evidente que o enfrentamento das desigualdades exige estratégias integradas, sustentadas pela intersetorialidade, pela participação social e pelo uso sistemático de evidências científicas. Refletir sobre os determinantes sociais no Brasil também reforça a necessidade de políticas públicas comprometidas com a equidade, a justiça social e a melhoria das condições de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, E. O. *et al*. Determinantes sociais em saúde como fator de impacto na assistência em saúde para populações quilombolas: uma revisão sistemática. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 24, n. 4, p. e14922, 2024. DOI: 10.25248/reas.e14922.2024.

CAPELA, D. & BISCAIA, R. Análise de determinantes sociais da saúde na utilização de consultas nos cuidados de saúde primários. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, v. 39, n. 4, p. 304–326, 2023. DOI: 10.32385/rpmgf.v39i4.131.

CARVALHO, F. F. B.; AKERMAN, M.; COHEN, S. C. A promoção da saúde na atenção básica: o papel do setor saúde, a mudança comportamental e a abordagem individual. Estudos Avançados, v. 37, n. 109, p. 89–104, 2023. DOI: 10.1590/s0103-4014.2023.37109.07.

FERREIRA, M. R. L. *et al*. Determinantes sociais da saúde e desfecho desfavorável do tratamento da tuberculose no sistema prisional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 4451–4459, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222711.08602022.

JÁCOME, E. V. M. *et al*. Percepção de determinantes de saúde e doença em um território: relato de experiência. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 46, n. 3, p. 352–363, 2022. DOI: 10.22278/2318-2660.2022.v46n3.a3612.

MACHADO, C. V. Democracia, cidadania e saúde no Brasil: desafios para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 7, p. e02192024, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024297.02192024.

MACHADO, H. M. B. *et al*. Determinantes sociais em saúde e suas implicações no processo saúde-doença da população. Revista Contemporânea, v. 3, n. 6, p. 6086–6102, 2023. DOI: 10.56083/rc.v3i6.6086.

MARIO, C. G. Determinantes sociais da saúde: apontamentos para uma abordagem crítica. Mediações, v. 28, n. 3, p. e47718, 2023. DOI: 10.5433/2176-6665.2023v28n3e47718.

RIBEIRO, K. G. *et al*. Determinantes sociais da saúde dentro e fora de casa: captura de uma nova abordagem. Saúde em Debate, v. 48, p. e8590, 2024. DOI: 10.1590/0103-11042024E8590.

RUMOR, P. C. F. *et al*. Reflexos dos determinantes sociais da saúde na aprendizagem de crianças escolares. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 56, p. e20220345, 2022. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0345.

SANTOS, M. J. O.; FERREIRA, M. M. C.; FERREIRA, E. M. S. Comportamentos de risco para a saúde sexual e reprodutiva: perceções dos estudantes do ensino superior. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, p. e20210712, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0712.

SILVA, D. M. *et al*. Determinantes sociais de saúde associados à realização de mamografia segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, p. e11452023, 2025. DOI: 10.1590/1413-812320253011.11452023.

SILVA, L. B. & BICUDO, V. Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. In: SANTOS, T. V. C.; SILVA, L. B.; MACHADO, T. O. (orgs.). Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises. Rio de Janeiro: Mórula, p. 115–131, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320253011.11452023

TAVARES, J. C.; SANTINHA, G.; ROCHA, N. P. Política de saúde num contexto de envelhecimento demográfico: princípios amigos da pessoa idosa, uma prioridade programática?. Finisterra, v. 58, n. 123, p. 61–85, 2023. DOI: 10.18055/Finis23061.